

Polícia Federal cumpre mandados contra grupo que provocou queimadas em Novo Progresso (PÁ) e no Apuí (AM)

(Foto: Reprodução) – Mandados de busca e apreensão e ordens judiciais de sequestro de bens em valor superior a R\$ 78 milhões estão em curso. Acusados atuavam no Amazonas e no Pará

Na manhã desta terça-feira (5), a Polícia Federal cumpre cinco mandados de busca e apreensão expedidos pelo Juízo da 7ª Vara Federal de Manaus/AM, visando combater o desmatamento ilegal. A operação Terra Justa, deflagrada nos estados do Amazonas e do Pará, incluem sete mandados judiciais de sequestros de bens e bloqueios patrimoniais, em valores superiores a R\$ 78 milhões, para recuperação da área degradada.

São cumpridos quatro mandados de busca e apreensão em imóveis de investigados em Manaus/AM e um em Novo Progresso/PA. Um dos alvos já foi preso por comércio ilegal de diamantes em 2021, além de também ter sido alvo de outras buscas da Polícia Federal.



Polícia Federal Apuí -Operação Terra Justa.

As investigações indicam que um grupo criminoso promoveu e financiou o desmatamento de aproximadamente cinco mil hectares por meio de queimadas, causando danos graves ao meio ambiente. Segundo laudo pericial da Polícia Federal, o objetivo seria a produção de gado. O grupo investigado teria movimentado grande soma financeira por meio de pessoas jurídicas, com comércio ilegal de minérios, que são bens da União.

A investigação iniciou a partir da informação de polícia judiciária. O cruzamento de dados de focos de queimada identificou três polígonos com incêndios de grandes extensões, dentre eles um imóvel localizado no município de Apuí/AM, o qual foi objeto de diversas fraudes documentais na cadeia dominial.

São apurados crimes de incêndio florestal, lavagem de dinheiro, invasão de terras da União e falsidade ideológica, com penas previstas de até 26 anos de prisão.



As investigações apontam para a atuação de um grupo criminoso que teria promovido e financiado o desmatamento de aproximadamente cinco mil hectares através de queimadas, com o intuito de transformar as áreas em pastagens para produção de gado. Conforme laudo pericial da PF, as ações ilícitas do grupo não se restringem ao desmatamento: também envolvem o comércio ilegal de minérios, prática que viola as leis de proteção de bens da União. A movimentação financeira do grupo teria sido feita por meio de empresas fictícias.

Fonte: Agência Gov | via – PF-AM PF e Publicado Por:

<https://www.adeciopiran.com.br> em 05/11/2024/16:25:38

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog

<https://www.adeciopiran.com.br> (93) 98117 7649/ e-mail:

mailto:adeciopiran.blog@gmail.com

<https://www.adeciopiran.com.br>, fone (WhatsApp) para contato

(93)98117- 7649 e-mail: mailto:adeciopiran.blog@gmail.com